

O TRABALHADOR

MENSUEL DE LA CGT POUR LES TRAVAILLEURS PORTUGAIS

SÉCURITÉ
SOCIALE

Pages 4 et 5.

N° 73 - MARS 1977 - 1 F



É com a maior alegria e emoção que vos falô em nome dos trabalhadores portugueses emigrados. Todos teriam gostado de vir a Lisboa ao Congresso de Todos os Sindicatos saudá-lo e assistir, a esta histórica reestruturação de nossa Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - Intersindical Nacional. Mas as condições de vida e de Trabalho a que estamos sujeitos só o permitiram às seguintes organizações que aqui represento neste momento :

- Associação dos Portugueses na Inglaterra.
- Centro Português Alves Redol, de Londres.
- Comissão de Emigrantes na Grã-Bretanha, de apoio à Intersindical.
- Seccão de Bezons da Associação dos Originários de Portugal, em França.
- Sindicalistas Tortugueses C.G.T. das fábricas Renault de Billancourt em França.
- Clube Juvenil Português de França.
- Associação Portuguesa da Região Sul de Paris.
- Comissão Consultiva dos Trabalhadores Portugueses em França.
- Um representante dos trabalhadores portugueses sindicalizados na C.G.T.
- Associação Democrática dos Trabalhadores Portugueses de Genebra (Suíça).
- E um representante duma nova emigração - a dos portugueses residentes em Angola.

Em nome de todos, as nossas saudações de irmãos de classe, de trabalhadores que lá fora não abdicam da sua qualidade de trabalhadores e de portugueses, e que por isso mesmo sempre apoiaram a Intersindical e depois a C.N.O.C. nos seus esforços de unidade de todos os trabalhadores, de todos os Sindicatos. Isto porque os emigrantes estão bem conscientes de que a unidade do Movimento Sindical Português dará também uma contribuição decisiva para aquilo que é um dos anseios mais profundos dos emigrantes portugueses : a criação em Portugal de condições de vida e de trabalho, que permitam, finalmente, o regresso dos emigrantes à terra onde nasceram, à terra que foram um dia forçados a deixar por culpa do fascismo.

A unidade do Movimento Sindical Português é ainda essencial para acções de unidade com as Centrais Sindicais dos países em que nos encontramos contra os nossos inimigos comuns, que são acima de tudo o imperialismo, os monopólios capitalistas, a ganância exploradora do patronato que nesses países diariamente sofremos. O nosso campo de batalha naqueles países - a defesa dos nossos interesses e direitos, de nosso ganha-pão, a nossa luta em conjunto com os membros dos Sindicatos nele existentes, a solidariedade com o Movimento Sindical Português, a luta contra o imperialismo, as multinacionais e demais forças capitalistas exploradoras - tudo isto será também enormemente ajudado pela unidade do Movimento Sindical Português.

Congratulamo-nos pelo êxito dos trabalhos do Congresso de Todos os Sindicatos, pela vitória da democracia e dos trabalhadores portugueses que constituem as resoluções deste Congresso.

Estamos convencidos que a C.G.T.P. - Intersindical Nacional, irá aplicar as medidas preconizadas no Programa de Acção agora aprovado e portanto também, naquilo que nos toca, as medidas a favor dos emigrantes. Importa que mais nenhum Acordo de Emigração seja assinado pelo Governo Português como o foi infelizmente o recente Acordo com a França - nas costas dos principais interessados e dos Sindicatos. Mas mesmo esse, apesar de toda a sua demagogia, poderá vir a ajudar certos aspectos da vida dos emigrantes em França, se soubermos lutar unidos pela aplicação das imensas promessas - nada mais que promessas, que lá ficaram inscritas.

Que viva pois o C.G.T.P. - Intersindical Nacional !

Que aqueles que ainda dela não fazem parte oiçam a voz da razão que foi o Congresso de Todos os Sindicatos !

Viva a Unidade de Combate dos Trabalhadores Portugueses residentes em Portugal ou Emigrados !

Permitam camaradas que o nosso camarade emigrado em Angola faça entrega à Intersindical da Bandeira da Central Sindical Angola - U.N.T.A. - União Nacional dos Trabalhadores Angolanos. Ele quer, com esse gesto, mostrar quanto vale a força dos trabalhadores sempre que, em unidade, defendem sem limites os interesses dos que produzem e que continuam, unidos, fieis ao lema que é o seu, que é o de todos nós.

Crónica jurídica

O DIREITO A REFORMA

Através dos descontos efectuados durante a sua vida profissional em França, os trabalhadores imigrados têm direito a uma pensão de velhice.

EIS OS DIREITOS PREVISTOS PELA SEGURANÇA DE VELHICE EM FRANÇA!

O direito a uma pensão está garantido desde que o assegurado social justifique ter descontado pelo menos um trimestre para a Segurança Social (o máximo são 150 trimestres).

(Atenção: conservar cuidadosamente as folhas de pagamento. Estas podem ser necessárias para reconstituir a sua carreira profissional).

Não é possível pedir a pensão de velhice antes dos 60 anos.

A tarifa normal da pensão (na base de 150 trimestres) depende da idade do trabalhador no momento em que faz a demanda: com 60 anos é de 25 %, mas vai aumentando de 1,25 % por cada trimestre a mais, o que dá um total de 50 % se a reforma for pedida aos 65 anos com

60 anos, têm direito aos 50 % os trabalhadores reconhecidos inaptos ao trabalho pela Segurança Social).

(Atenção: uma vez introduzida a demanda da sua pensão, a dita, demanda já não pode ser anulada, mesmo que o trabalhador em questão não tenha ainda 65 anos. É portanto necessário reflectir bem antes de fazer a demanda).

O montante da pensão é igual ao salário anual médio calculado na base dos dez anos (de desconto) mais vantajosos para o trabalhador e multiplicado pela % da pensão.

COORDENAÇÃO ENTRE PORTUGAL E A FRANÇA

Os períodos de trabalho efectuados em Portugal e em França (por uma mesma pessoa) são adicionados para o cálculo da reforma de velhice.

Em princípio, o pedido de atribuição da pensão é feito em Portugal ou em França segundo o país em que o trabalhador residir nesse momento (em Portugal, junto da Caixa Central de

Segurança Social dos Trabalhadores Migrantes, em França, junto da « Caisse Nationale, ou Régionale, d'Assurance Vieillesse des Travailleurs Salariés » do lugar de residência).

Em certos casos, é mais vantajoso para o trabalhador (e pode fazê-lo) pedir a sua reforma por separado: por um lado o que tem direito de parte da caixa portuguesa (junto da mes-

ma), por outro lado o que tem direito de parte da caixa francesa (junto desta última).

(Atenção: em relação a qualquer problema particular, infór-se junto do sindicato C.G.T., ou ainda junto do « Centre de Sécurité Sociale des Travailleurs Migrants, 1, rue de la Tour des Dames 75009 Paris (Tele: 744-33-41).

A C.G.T. REIVINDICA A REFORMA COMPLETA AOS 60 ANOS PARA TODOS OS TRABALHADORES, EXIGE UMA MODIFICAÇÃO EM RELAÇÃO AO MODO DE CÁLCULO DAS PENSÕES NOS ACORDOS INTERNACIONAIS, AINDA DESFAVORÁVEIS AOS TRABALHADORES IMIGRADOS.

A C.G.T. LUTA IGUALMENTE PARA QUE SEJAM COMPLETADOS OS ACORDOS A FIM DE QUE OS REFORMADOS QUE REGRESSEM AOS SEUS PAÍSES NATAIS CONSERVEM TODOS OS SEUS DIREITOS, NOMEADAMENTE EM MATÉRIA DE PRESTAÇÕES SOCIAIS, E PARA QUE TODOS OS IMIGRADOS BENEFICIEM DO REGIME MAIS AVANTAJOSO.

IMPOT

IMPOSTOS SOBRE O SALÁRIO

Os trabalhadores imigrados não estão dispensados do pagamento de impostos sobre o salário.

Para inscrever os seus filhos na escola e outras formalidades, pode ser-vos pedido um certificado de imposição ou de não imposição sobre o salário.

Anualmente a « Vie Ouvrière », órgão oficial da C.G.T., publica um número especial no qual podeis encontrar a resposta a todas as questões, e a melhor maneira de preencher a vossa declaração de impostos, em 1977: « Vie Ouvrière » spéciale IMPOT N° 1.693.

Podeis adquirila nas empresas junto dos vossos delegados da C.G.T.

OS PREÇOS CONTINUAM A SUBIR

Se o vosso salário não foi aumentado de 12,6 % em 1976, o vosso poder de compra baixou.

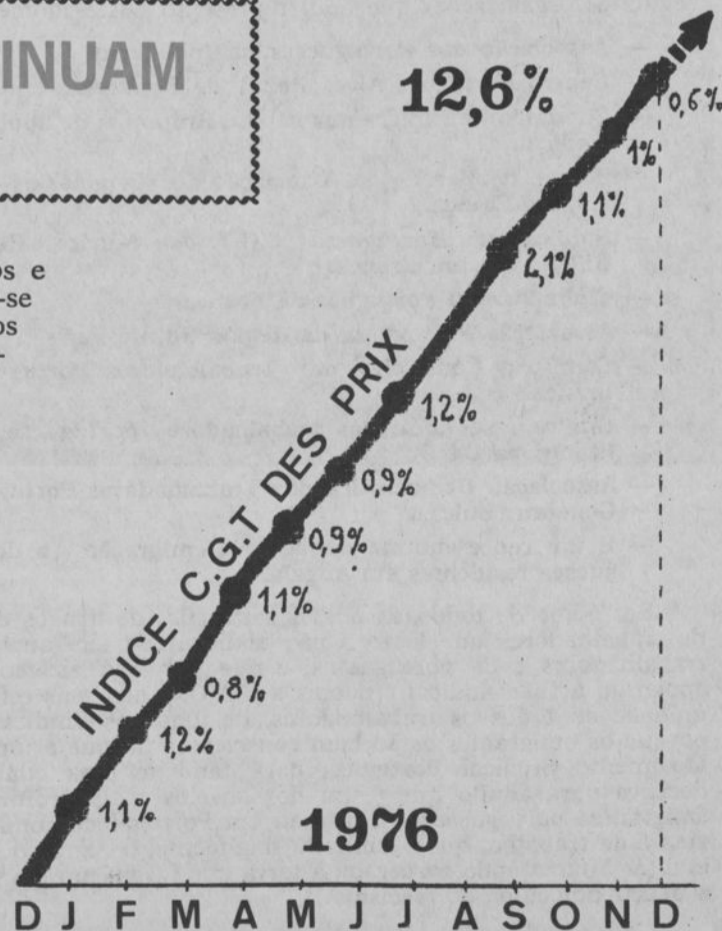
Fazei as vossas contas e vereis. A C.G.T. apela todos os trabalhadores a exigir que não haja um só salário inferior a 2.200 F mensais.

O Plano « Giscard-Barre » tem apenas um único resultado: a AUSTERIDADE.

O congelamento dos preços foi apenas um tapa olhos, demagogia.

O Conselho Nacional do Patronato Francês (C.N.P.F.), que agora

controla os preços e salários, declara-se satisfeito. Mas os trabalhadores, cujo poder de compra baixou, não pensam da mesma maneira.



C. F. T.

**ENFIM,
QUINZE BANDIDOS
DA C.F.T.
PERANTE O TRIBUNAL**

« Não se trata dum caso banal de golpes e ferimentos, visto que estamos em face de aderentes de uma organização cujos laços com o patronato da indústria automóvel gosam de grandes privilégios... ».

Esta declaração pode parecer da C.G.T. Mas no entanto é o Procurador da República, de Versailles, que se exprime desta maneira, perante o qual teve lugar um processo excepcional, o processo de 15 membros da C.F.T.

Um processo excepcional, porque é a primeira vez que a C.F.T. é colocada no banco dos réus, apesar de unicamente em relação à empresa Chrysler terem sido apresentadas pela C.G.T. 180 queixas contra a C.F.T. sem que nenhuma tenha vindo à luz do dia. Foram precisos os graves acontecimentos de Maio, Junho e Julho de 1975, que para muitos militantes da C.G.T. se traduziram em graves ferimentos e semanas de alta, para que fossem tornados do conhecimento público os métodos muito especiais utilizados por esta organização « apolítica ».

No seu requerimento, o Procurador, ao mesmo tempo que situava que as verdadeiras responsabilidades cabiam à direcção da Chrysler e ao governo, reclamou penas de multa para os menos comprometidos, mas também penas de prisão firme atingindo doze meses para os mais « perigosos ».

A 24 de Fevereiro, o Tribunal pronunciou penas de prisão, de seis meses a dois anos.

Este primeiro e importante passo judiciário deve ser seguido de um outro: a condenação, através dos seus membros, da C.F.T. no seu conjunto.

A C.G.T. DENUNCIA A RETENÇÃO DAS RENDAS DE CASA PELOS PATROES E EXIGE NEGOCIAÇÕES IMEDIATAS

Carta de René LOMET, Secretário confederal, ao presidente da SONACOTRA:

Senhor Presidente,

A Confederação Geral Trabalho protesta energicamente contra a decisão da direcção da SONACOTRA de traduzir perante a justiça, os residentes de vários « foyers ».

Há já vários anos que os residentes e a nossa organização sindical exigimos negociações em relação à situação nos « foyers » SONACOTRA, no seu conjunto:

- A fim de redefinir as relações que devem normalmente estabelecer-se entre os trabalhadores alojados, tanto temporariamente como permanentemente, pela SONACOTRA;
- A fim de fixar os critérios que devem permitir a definição das rendas de casa;
- A fim de determinar as regras de vida em comum que podem existir nos referidos « foyers ».

Longe de encaminhar-se resolutamente pelo via duma solução negociada, a Direcção da SONACOTRA pediu, logo em 1974, a detenção das rendas de casa (saisie-arrêt) sobre os salários, em relação aos residentes do « foyer » Allende de Saint-Denis, e a expulsão de 18 residentes, em Abril de 1976, de vários outros « foyers ». Efectivamente são as cartas

da direcção da SONACOTRA ao Prefeito, que estão na origem da intervenção do Ministro do Interior como o testemunham os memoriais por este enviados ao Conselho de Estado.

A partir de então, a Direcção da SONACOTRA tem traduzido centenas de residentes perante os tribunais a fim de exigir a retenção das rendas de casa sobre os salários.

Se nalguns departamentos certos acordos foram assinados, trazendo localmente e provisoriamente alguns elementos de solução, o facto deve-se à firmeza e determinação dos residentes apoiados pela C.G.T. e as organizações sindicais, políticas e democráticas destas localidades.

Já em 22 de Maio de 1976, em comum com a C.F.D.T., nós lembramos a urgência que se impunha duma negociação englobando o conjunto dos problemas, e o quadro no qual se poderia situar uma solução da situação, ainda existente.

Nós continuamos dispostos a entabular tais negociações, mas isso supõe que cesse a atitude repressiva e sistemática da Direcção geral da SONACOTRA e que se manifestem medidas de apaciguação tendo em conta os últimos julgamentos tornados públicos em Pontoise e Sannois.

René LOMET,
Secretario Confederal.

ARENÇ

UMA PRISÃO ILEGAL

Uma delegação composta por Henri Sarrien, Secretário Geral da União Departamental C.G.T. de Bouches du Rhône, por Leca Charles, Secretário Regional, por Visit, Secretário do Sindicato Geral dos Estivadores, por François Lançon, membro do Secretariado Nacional do Sector da Mão de Obra Imigrada e várias delegações vindas das empresas, dirigiu-se no dia 24 de Dezembro de 1976 à prisão de Arenc, a fim de relembrar a presença de detidos nesta prisão (trabalhadores imigrados em situação irregular).

A Prefeitura recusou-se a deixar entrar a delegação mas aceitou que os funcionários afectados à guarda dos detidos se encarregassem de entregar os embrulhos destinados a estes últimos, o que desmente os propósitos de Poniatowski que se recusa renhecer a existência desta prisão clandestina.

Informações chegadas até nós, permitem confirmar que este centro chegou a acolher até 200 pessoas, entre as quais mulheres e crianças, que certas pessoas estiveram ali retidas até 4 dias em espera de um barco com destino ao seu país natal.

A « Chambre d'Accusation » de Aix-en-Provence decidiu prosseguir o caso. É de facto um primeiro sucesso que nos permite pensar que o assunto não será abafado.

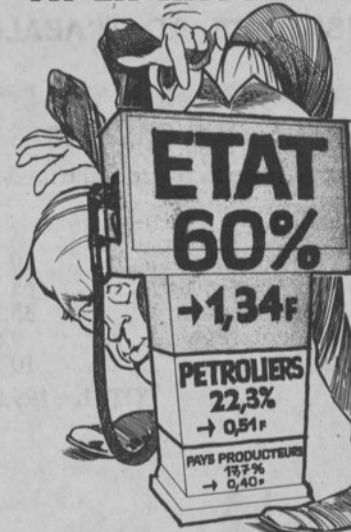
Após a moção adoptada pelos 1000 delegados ao Congresso da União Departamental C.G.T. de Bouches du Rhône, as deligências junto da Prefeitura e do Ministro do Interior, a acção das organizações da C.G.T., continuam.

A « Cour de Cassation » deve agora designar a jurisdição competente que terá de pronunciar-se sobre este assunto.

Não está excluído que noutros portos existam idênticos estabelecimentos de detenção.

FRACASSO DO PLANO BARRE

**PÉTROLE
A QUI
VA LA HAUSSE?**



Nos fins de Janeiro passado, os trabalhadores dos sectores público e nacionalizado levaram a cabo importantes movimentos de greve nacional.

Funcionários, electricistas, professores do ensino técnico, mineiros e ferroviários, TODOS condenam maciçamente o plano Barre que, incapaz de congelar os preços, engendra no entanto a diminuição de poder de compra dos trabalhadores.

Para pôr cobro à intransigência patronal, numerosas empresas do sector privado têm vindo realizando igualmente poderosos movimentos de greve, como por exemplo em Tricastin em que os aumentos de salário alcançados chegam a atingir os 500 Fs. mensais.

A reivindicação da C.G.T. de acabar com os salários inferiores a 2200 Fs. mensais e o 13º mês para todos, impõe-se agora mais do que nunca.

O DIREITO À SAÚDE GRAVEMENTE AMEAÇADO

- ASSISTIMOS A DIFERENTES ETAPAS DO DESMANTELAMENTO DA SEGURANÇA SOCIAL
- ORGANIZEMO-NOS EM SUA DEFESA

1945

— CRIAÇÃO DA SEGURANÇA SOCIAL (resultado duma longa luta no seio do C.N.R.).

OBJECTIVO: O DIREITO A SAÚDE PARA TODOS.

- Garantir ao indivíduo o direito à saúde desde o seu nascimento até à sua desapareição.

ANIMADORES: A. CROIZAT, H. RAYNAUD, G. BUISSON. **TODOS MILITANTES DA CGT**

1947

PRIMEIRAS ELEIÇÕES A CGT FICA LARGAMENTE REPRESENTADA.

- Os seus eleitos elaboraram o funcionamento da instituição.
- NO MESMO ANO ADVÉM A CISAO DA C.G.T....
- E POR CONSEQUENCIA O ENFRAQUECIMENTO DO MOVIMENTO OPERÁRIO.
- OS INIMIGOS DA SEGURANÇA SOCIAL COMEÇAM ENTÃO A SUA OBRA DE DIFAMAÇÃO.

1958

- « ORDONNANCES » DE DEZEMBRO
- 1º « Franchise » de 30 Frs. por semestre e por família.
 - 2º Redução dos reembolsos.
 - 3º Modificação dum certo número de prestações.
- Através da sua luta, os trabalhadores impuseram a supressão da « Franchise ».
- As outras medidas continuam em aplicação. O desmantelamento está portanto encetado.

1960

- DECRETO DE 12 DE MAIO
- Transformação do controlo ministerial em poder de gestão.
 - Formação e promoção do pessoal sob controlo do Estado.
 - Transformação, desenvolvimento do papel dos « médecins conseils » em « médecins contrôleurs ».
 - O desmantelamento toma a sua forma

1962

TEM LUGAR AS ELEIÇÕES PARA ELEGER OS ADMINISTRADORES

- Apesar das discriminações, a C.G.T. obtém, a nível nacional, 44 % dos votos.
- A partir desta data o governo suprimiu as eleições

1967

« ORDONNANCES » DO MES DE AGOSTO

- Ruptura da unificação da Segurança Social.
- Aumento das cotizações.
- Diminuição das prestações.
- Intensificação das transferências.

A Segurança Social fica nas mãos do patronato, pelo facto da supressão das eleições em benefício da paridade.

Formação do Conselho

- 9 patrões.
- 1 C.G.C., 1 C.F.T.C., 2 F.O., 2 C.F.D.T., 3 C.G.T.

1974

- LEI DE DEZEMBRO
- Compensação e unificação dos diferentes regimes de Segurança Social
 - Em nome da solidariedade nacional, o governo prepara a niveliação, em 1978, pela base.
 - O direito à saúde fica assim substituído por um sistema de assistência.
 - VAI SER NECESSÁRIO ESCOLHER**
 - OU: fazer um seguro complementar, caríssimo.
 - OU: então, não tratar-se.

1976

- AUMENTO DA COTIZAÇÃO decidida unilateralmente pelo Ministro sem consulta dos Conselhos de Administração.
- As cotizações directas, extraídas dos salários, aumentam mais rápido do que as cotizações indirectas versadas pelos patrões.
- Não é mais nem menos que o começo da transferência dos encargos de saúde para os orçamentos familiares.

O SALARIO SOCIAL

Na realidade, a cotização patronal não existe. Trata-se de um **salário diferido** ou **salário social**.

A empresa retém as nossas cotizações, mas versa, em nosso nome, uma participação. **O TOTAL UTRAPASSA 40 %.**

Exemplo: um assalariado que recebe um salário de 2000 Fr. líquido, o seu salário eleva-se na realidade a, **2000 Fr + 40 % = 2800 Fs. bruto.**

ESTE DINHEIRO NA SUA TOTALIDADE PERTENCE EXCLUSIVAMENTE AO TRABALHADOR.

IMPORTANCIA DO SALÁRIO INDIRECTO OU SALÁRIO SOCIALISADO

Exemplo em relação a um salário de 2.000 Fs.

Cotização salarial	Salário indirecto
Doença	80
Velhice	65
Reforma complementar	35,20
Fundo de desemprego	9,60
Previdência	10
TOTAL	199,80
Doença	209
Velhice	150
Abonos de família	180
Acidentes de trabalho, base 1,80 %	36
Reforma complementar	52,80
Fundo de desemprego (chômage)	38,40
Participação para a habitação	20
Participação para a construção	2
Taxa de aprendizagem	10
Formação contínua	20
Taxa sobre o salário	85
Fundo de garantia do salário	4
Previdência	24
+ cotização salarial	199,80

Salário indirecto descontos =

1.031,00

ENCARGOS INDIVIDUOS

ou **défi ce artificial**

- Dívidas patronais : 6 bilhões de francos
- Encargos indevidos : 25 bilhões de francos
- « Chômage » (mais ou menos): 14 bilhões de francos
- TVA : 2 bilhões de francos

TOTAL : 47 bilhões



NUM DOS PRÓXIMOS NÚMEROS DO NOSSO JORNAL EXAMINAREMOS OS ACORDOS BILATERAIS DE SEGURANÇA SOCIAL ENTRE A FRANÇA E A PORTUGAL

• COMO JÁ VIMOS, CONFIAMOS UMA PARTE IMPORTANTE DO NOSSO SALÁRIO PARA :

- Assegurar a nossa velhice.
- Criar os nossos filhos.
- Proteger a saúde da família.

Reparar os acidentes de trabalho. Ninguém tem portanto, o direito de dispôr deste dinheiro sem o nosso consentimento, nem o governo, nem o patronato.

NO ENTANTO, É PRECISAMENTE O QUE ELAS FAZEM !

• FINANCIAMENTO DA SEGURANÇA SOCIAL proposto pela C.G.T.

- Cotização, salário e outros recursos 195 bilhões
 - Contribuição complementar das grandes empresas 60 bilhões
 - Participação do Estado 45 bilhões
- TOTAL 300 bilhões**

ISTO PERMITIRIA UM FINANCIAMENTO NORMAL

• TRABALHADORES ASSEGURADOS SOCIAIS

OS ADMINISTRADORES DA C.G.T. NÃO EXERCERAO DURANTE TRES MESES PARA VOS INFORMAR SOBRE :

- O perigo que pesa actualmente sobre a Segurança Social,
- As dificuldades que conhecem os empregados.

NÃO PODEMOS PERMITIR QUE A SITUAÇÃO CONTINUE A DEGRADAR-SE.

• UNIDOS EXIJAMOS UMA VERDADEIRA SEGURANÇA SOCIAL

- Ao serviço dos assegurados sociais,
- Gerida pelos seus representantes. Como está previsto no Programa Comum de governo das forças de esquerda.

NÃO HA NADA MAIS PRECIOSO DO QUE A SAÚDE.

A SEGURANÇA SOCIAL - PARA QUÊ ?

Há alguém de entre nós que não se tenha posto a si próprio esta questão ? Vindo-lhe paralela e imediatamente ao espírito, os mais desagradáveis aspectos que reveste esta instituição aos olhos de muitos trabalhadores, pouco ou mal informados ? Somas cada vez maiores são descontadas mensalmente dos salários, bichas intermináveis frente aos « guichets » das caixas, multiples certificados ou atestados que há que fornecer, entaves sem fim em relação à papelada referente à família que reside no país natal, « dossiers » nos quais falta sempre um papelinho qualquer para poder receber as prestações...

Esta situação coloca em dificuldade o trabalhador que só através de inúmeras diligências consegue receber os seus escassos recursos, quando este ou a sua família adocece ou é vítima de um acidente.

No entanto, apesar destas dificuldades que os trabalhadores encontram, estes consideram a Segurança Social como uma das suas maiores conquistas até agora alcançadas. Uma conquista para com a qual a C.G.T. muito contribuiu, cuja importância pode ser comparada com o direito de voto ou o direito de se sindicalizar no seio das empresas.

Financiada pela cotização dos trabalhadores, a **Segurança Social, em primeiro lugar só a estes diz respeito, a todos os trabalhadores.**

É esta a razão pela qual é indispensável que os trabalhadores organizem e desenvolvam a luta em sua defesa, pela sua melhoria, como lutam diariamente em defesa do emprego e pelo aumento dos salários.

Para a C.G.T., os responsáveis das dificuldades que atingem a Segurança Social não são de forma nenhuma aos assegurados sociais, nem os imigrantes, como o pretendem fazer crer a rádio e os jornais patronais, ao dizerem que os « assalariados tratam-se demasiado » uasentam-se demasiado do seu trabalho » ou « são hospitalizados com muita frequência ». Os verdadeiros responsáveis são, em primeiro lugar o governo que obriga a Segurança Social a pagar toda uma série de realizações que incumbem ao Estado, e que ao mesmo tempo recupera, através da TVA, somas importantes ; em segundo lugar, os patrões que não versam à Segurança Social, o salário indirecto já retido aos trabalhadores ; em terceiro lugar é ainda o Estado que não contribui com soma alguma para a Segurança Social, contrariamente ao que acontece nos países da Europa cujos estados versam uma parte importante.

São estas as verdadeiras razões das dificuldades com as quais está hoje controntada a Segurança Social.

O dever de todos os trabalhadores é mobilizar-se, com a C.G.T., para impôr melhores reembolsos das despesas médicas e medicamentosas, abonos correspondentes às necessidades das famílias, reformas que permitam uma existência sem dificuldade no final duma vida de labor e, a igualdade de direitos para os trabalhadores imigrantes.

Do número e da unidade dos trabalhadores, activos e reformados e o conjunto dos assegurados, na batalha, dependerá a realização destas legítimas reivindicações.

MENSAGEM DA C.G.T. AO CONGRESSO EXTRAORDINÁRIO DOS SINDICATOS DE PORTUGAL

Caros camaradas, a Confederação Geral do Trabalho de França (C.G.T.) saúda-vos muito fraternalmente pela ocasião do Congresso Extraordinário de Todos os Sindicatos de Portugal que se realiza de 27 a 30 de Janeiro, pela unidade dos trabalhadores, pela criação de uma poderosa Central Sindical Unificada Portuguesa.

Desde da histórica vitória do povo português, das forças progressistas do vosso país e do movimento das forças armadas (M.F.A.) em 25 de Abril de 1974, o movimento sindical português tem desempenhado um importante papel no sentido de permitir aos trabalhadores liquidar as sequelas de 48 anos de opressão política, de obscurantismo fascista e de rejeitar o vergonhoso sistema colonial português.

A luta levada a cabo pelos trabalhadores do vosso país, a intervenção unida com sindicatos poderosos face ao patronato e ao governo permiti-vos alcançar, com o estabelecimento das liberdades, importantes reivindicações económicas e sociais em favor dos operários, dos camponeses trabalhadores e de todos os assalariados do vosso país.

A C.G.T. que, durante o fascismo sempre apoiou as vossas lutas, que como central sindical francesa estabeleceu os primeiros contactos com a INTERSINDICAL no vosso próprio país, saúda com entusiasmo todos os sucessos alcançados pelo vosso povo desde a Primavera de 1974.

Podeis estar certos, caros camaradas delegados, que a nossa Central Sindical, que os seus 2.500.000 aderentes estamos com os olhos postos no vosso combate actual pela defesa e extensão das conquistas da vossa Revolução.

Nós sentimo-nos solidários das importantes acções que levam a cabo os trabalhadores agrícolas e os camponeses trabalhadores pela plena realização da Reforma Agrária e contra as ofensivas contra ela lançadas.

Nós somos solidários com os ope-

rários das diferentes profissões que se levantam contra a política de recuperação capitalista visando o sector já nacionalizado, que desenvolvem a luta pelos contrários colectivos de trabalho, contra a inflação, contra os despedimentos, pela garantia do poder de compra, pelo mantimento das liberdades e direitos sindicais.

A C.G.T. que tem uma rica experiência e uma grande tradição de luta anticolonialista, congratulou-se muito particularmente com o engajamento do Movimento Sindical Português ao lado dos países que se libertaram do colonialismo português.

A nossa Central Sindical Francesa considera um acontecimento da maior

importância a realização do vosso Congresso, preparado através duma intensa actividade democrática em todos os sindicatos do vosso país.

O vosso Congresso extraordinário permite à classe operária portuguesa desempenhar mais uma vez um papel de primeiro plano, no vosso país, pelo reforço da unidade dos trabalhadores, condição indispensável no sentido de alcançar novos progressos face àqueles que tentam lançar-se em ataques antioperários, antisindicais e antiunitários.

A C.G.T. está persuadida de que este Congresso vai permitir aos trabalhadores do vosso país criar uma

poderosa central unificada, unitária, independente, democrática, de classe e de massas.

— VIVA O CONGRESSO EXTRAORDINÁRIO DE TODOS OS SINDICATOS DE PORTUGAL.

— VIVA AS LUTAS UNIDAS DOS TRABALHADORES E DO POVO PORTUGUÊS, PELOS SEUS DIREITOS DEMOCRÁTICOS E AS REIVINDICAÇÕES.

— VIVA A SOLIDARIEDADE E A FRATERNIDADE ENTRE OS TRABALHADORES DA FRANÇA E DE PORTUGAL.

— VIVA A UNIDADE DOS TRABALHADORES DE TODO O MUNDO!



Dos trabalhadores portugueses sindicalizados na C.G.T. francesa ao congresso de todos os sindicatos portugueses

Nós, portugueses em França, sindicalizados na C.G.T., saúdamos calorosa e fraternalmente uma das maiores vitórias de todos os tempos dos trabalhadores portugueses, que apesar de trabalharmos fora do país também a consideramos nossa, o Congresso de Todos os Sindicatos Portugueses.

O vosso Congresso camaradas, é uma demonstração clara da vontade de unidade de todos os trabalhadores portugueses que unidos lutaram contra o fascismo e que unidos querem construir um futuro melhor para todos. Nesta tarefa fundamental, podeis contar camaradas, com o nosso apoio activo.

Camaradas congressistas, camara das delegados que representais aqui cerca de 1.800.000 trabalhadores sindicalizados, nós apoiamos inteiramente a vossa luta (que também é nossa) em defesa da Reforma Agrária, em defesa do Controlo Operário, em defesa da unidade sindical. Queremos que em Portugal se criem as condições de uma vida digna para todos quantos trabalham e no vosso país criam as suas riquezas (que também não de permitir o nosso regresso à Pátria). Mas sabemos que essas condições só

podem ser criadas com a participação activa dos trabalhadores em todos os sectores da vida económica e social da Nação de acordo com a Constituição da República e não com o afastamento dos trabalhadores e outros democratas, como está acontecendo em muitos sectores.

Queremos aproveitar esta ocasião para agradecer à INTERSINDICAL os esforços que sempre tem feito em defesa dos interesses dos trabalhadores portugueses que fomos obrigados a deixar a nossa terra pelas condições de miséria a que o fascismo nos submeteu. Apoiamos inteiramente a exigência da INTERSINDICAL junto do governo português, assim como dá C.G.T. junto do governo francês, no sentido de serem consultadas em relação às negociações sobre os acordos emigração entre ambos os governos e, protestamos energicamente contra a atitude dos mesmos que em 11 de Janeiro corrente assinaram um novo acordo sem sequer ouvir as centrais sindicais representativas dos trabalhadores portugueses em França, como acontecia antes do 25 de Abril que tudo era feito nas costas dos trabalhadores.

Naturalmente que nestas condições, os novos acordos não respondem aos anseios dos trabalhadores interessados: fazem-se muitas promessas vagas, sem nunca apontar os meios da sua aplicação, e, descaradamente, até se fala de « igualdade » de direitos entre os portugueses que trabalham em França e os trabalhadores franceses. Mas a verdade é que, apenas em matéria de prestações familiares, um português que trabalha em França e tem 4 filhos em Portugal, perde anualmente mais de 75 contos em relação a uma família francesa, também com 4 filhos.

Os novos acordos não melhoraram esta situação, ao contrário, agravaram-na: apesar da actualização recente (que é feita em princípio todos os anos) dos abonos de família, o aumento havido é de longe muito inferior àquele que acaba de ter lugar em França, para as famílias que aqui residem.

O mesmo podemos dizer em relação ao ensino tanto da língua francesa como da língua portuguesa aos adultos e crianças portuguesas em França; em relação à formação profissional, em relação à habitação e ao reagrupa-

mento familiar, em relação ao desemprego, em relação à protecção dos trabalhadores portugueses (precisamente no momento em que o Secretário de Estado da Imigração, francês, senhor Paul Dijoud, declarava em Lisboa que os trabalhadores portugueses em França seriam protegidos, a Perfeitura da Polícia da Seine Saint Denis ordenava a um casal de portugueses que abandonassem o território francês (apesar de o marido possuir a sua carata de trabalho e uma autorização provisória de « séjour » (recepissé) e exercer uma actividade assalariada desde Dezembro de 1975. Pelas Pás-cuas, do ano passado, a polícia penetrou de madrugada, por ordem do Ministro do Interior, Michel Poniatowski, nos lares onde moram os imigrados e expulsou 16 trabalhadores que tinham cometido o crime de enca-beçar a luta contra os preços excessivos das rendas de casa.

Pela acção da C.G.T., dois destes trabalhadores já regressaram a França, e a luta continua pelo regresso dos restantes)...

Paris a 26-1-77.

CORREIO



• Sou Vítima de um acidente de trabalho, não sei se tenho ou não direito a uma pensão. O médico não me quer dar alta, mas entretanto não recebo qualquer indemnização. Que devo fazer?

Sor. M. Besons.

• A C.G.T. assegura na maioria das localidades serviços jurídicos junto dos quais podes informar-te sobre os teus direitos em relação ao teu patrão ou à Segurança Social. Estes serviços encontram-se instalados nas uniões locais da C.G.T., nos locais das bolsas do Trabalho (chamadas também « Maisons du Peuple », « Maison des Syndicats »).

OS VAGABUNDOS DO PATRONATO

« Os vagabundos do Patronato » é este o título dum livro redigido por Marcel Caille, Secretário da C.G.T., com a colaboração de Dominique Decèze, e que é presentemente objecto de conferências de imprensa em Paris e na província; em Saint-Etienne, Marselha, Montpellier, Toulouse e Bordeus.

Este livro trata de um assunto grave, gravíssimo. O governo esforça-se por todos os meios no sentido de esmagar as massas, os trabalhadores, os pobres em benefício de uma minoria de exploradores. Assim, o governo cria entre todas as camadas da população um descontentamento cada vez maior cujos efeitos se voltam contra ele. A sua audiência no país diminui sem cesse. O domínio do grande capital é posto em causa.

Para manter o seu domínio contra ventos e marés, os actuais governantes estão dispostos a tudo. Entre outros métodos, recorrem à intimidação e à repressão, à cacetada.

Esta sociedade que se diz liberal e avançada, é na realidade uma sociedade autoritária. Ela abafa

cada vez mais e sistematicamente as liberdades, viola os direitos mais elementares, visando particularmente os trabalhadores.

São cada vez mais as intervenções policiais contra os trabalhadores, a sua tradução perante os tribunais, as discriminações sindicais, exercidas pressões de toda a ordem sobre os trabalhadores e os militantes, sindicalistas são despedidos, acções de comando, agressões, atentados e terror reinam nas empresas em que o patronato conseguiu implantar a C.F.T., organização antisindical cujos métodos utilizados derivam do gangsterismo. De tudo isto, quem fala? Salvo excepção, a grande imprensa observa um silêncio cúmplice em face deste verdadeiro e permanente escândalo, apesar de tratar-se dum problema capital: as liberdades.

O livro de Marcel Caille e de Dominique Decèze é o fruto de numerosas pesquisas, de um inquérito paciente e minucioso. Este livro contém numerosos factos solidamente estabelecidos. É um livro que todos devemos ler.

DAI-NOS A VOSSA OPINIÃO SOBRE ESTAS EMISSÕES

A la M.O.I. - INFORMATION, 213, rue Lafayette, 75010 PARIS - Tél. 200-33-31

TELEVISION

RADIO

France Culture

France Culture



Emissions pour les immigrés tous les dimanches

- A Ecrans Ouverts de 10 h à 10 h 30
- Mosaique de 10 h 30 à 12 h

Emissões destinadas aos trabalhadores portugueses residentes em França: — das segundas aos sábados, das 5 h 30 às 5 h 55.

	5 h 30 5 h 55	5 h 55 6 h 20	6 h 20 6 h 30	6 h 30 6 h 40	6 h 40 6 h 50	6 h 50 7 h
Lundi	Portugais	Arabe	Turc	Yougoslave	Espagnol	Italien
Mardi	Portugais	Arabe	Turc	Yougoslave	Espagnol	Italien
Mercredi	Portugais	Arabe	Africains Francophones	Yougoslave	Espagnol	Italien
Jeudi	Portugais	Arabe	Africains Francophones	Yougoslave	Espagnol	Italien
Vendredi	Portugais	Arabe	Combdgien	Yougoslave	Espagnol	Italien
Samedi	Portugais	Arabe	Turc	Yougoslave	Espagnol	Laotien Vietnamien

ESTAMOS AINDA LONGE DAS FERIAS NO ENTANTO

AIR FRANCE COMEÇA JÁ A PREPARÁ-LAS

arranjando os aviões suplementares para a partida das grandes cidades francesas a fim de que estejais de regresso sem perder um só dia. O avião é de facto um peio de transporte muito rápido.

COMO MUITAS OUTRAS PESSOAS, PENSAI IGUALMENTE NAS VOSSAS FÉRIAS

- RESERVAI AS VOSSAS PASSAGENS COM ANTECEDÊNCIA.
- EVITAI OS GRANDES APERTOS E ABURRECIMENTOS DOS FINS DE SEMANA :

Aeroportos repletos de gente - perca de tempo tanto à partida como à chegada.

- DE PREFERÊNCIA, VIAJE DURANTE A SEMANA (de segunda à quinta-feira) : reservas mais facéis de obter, aeroportos mais calmos. O pessoal terá mais tempo disponível para ocupar-se de cada um de vós.

Desde já, informai-vos e reservai as vossas passagens junto das agências de viagens ou das agências da Air France.

AIR FRANCE



Desvalorização do escudo

O Doutor Mário Soares anunciou no passado dia 25 de Fevereiro, a desvalorização da moeda portuguesa de 15 %.

O governo cede assim às pressões dos organismos internacionais dirigidos pela grande banca imperialista, nomeadamente pelo Fundo Monetário Internacional.

O governo decidiu várias outras medidas :

— a isenção fiscal será aplicada a certas empresas exportadoras. Ao mesmo tempo é aplicada aos produtos considerados supérfluos, entre os quais as massas alimentícias, uma taxa de 60 % ;

— a taxa de juro de banca nacional passa de 6,5 para 8 %, o que significa novas restrições de crédito ;

— os accionários das empresas nacionalizadas e os estrangeiros cujos bens foram expropriados após o 25 de Abril, são indemnizados (ao mesmo tempo o governo vem retirando o Crédito Agrícola de Emergência às Unidades Colectivas de Produção, aos trabalhadores da Reforma Agrária) ;

— o aumento de 20 a 50 % dos preços dos produtos de primeira necessidade.

O plano do governo de Mário Soares tem como objectivo uma austeridade cada vez maior para as massas mais desfavorecidas (ao contrário da orientação do M.F.A. que fez a Revolução para beneficiar as camadas mais desfavorecidas), e importantes donativos suplementares para os capitalistas estrangeiros e portugueses. Isto é, tirar aos pobres para dar aos ricos como antes do 25 de Abril. Nisto, o governo é encorajado pelas forças da direita do PSD/PPD e CDS.

Para levar a cabo esta sua política, o governo apoia-se abertamente nos grandes monopólios capitalistas estrangeiros, que por sua vez multiplicam, sobre o governo, as suas pressões financeiras e políticas.

SOCIALISMO É O FIM DA EXPLORAÇÃO

Bom caminho encetou este Congresso
Na procura da unidade que se faz
Na avanço da luta pelo progresso
Que nos traga liberdade, pão e paz

O povo bem unido é o começo
Da força indestrutível que é capaz
Da vitória do trabalho no processo
Que encetamos e jamais anda p'ra trás

Vem p'rá rua, caminha ao nosso lado
Traz o lápis, o martelo ou arado
Erque a voz e canta esta canção :

Liberdade, Justiça, Igualdade
Vermelho Revolucionário é a verdade
Socialismo é o fim da exploração.

O Poeta Operário
J. Salgueiro de Barres (U.S. Porto)

CONGRESSO DA UNIDADE E DA VITÓRIA

Nos dias 27, 28, 29 e 30 de Janeiro teve lugar em Lisboa o Congresso de Todos os Sindicatos Portugueses. Jamais Portugal conheceu uma manifestação sindical tão importante: um número impressionante de intervenções, todas elas exprimindo a vontade das massas laboriosas porque este Congresso foi preparado por mais de duas mil assembleias de trabalhadores através de todo o país, por iniciativa da Comissão Nacional Organizadora do Congresso (CN-OC). A democracia foi uma constante. 272 sindicatos, dos quais 83 não aderentes à INTERSINDICAL, participaram no Congresso representados por 1100 delegados representativos de 1.800.000 sindicalizados, seja 85 % dos trabalhadores sindicalizados em Portugal, de um efectivo assalariado de cerca de três milhões.

Não somente participaram do Congresso os sindicatos não aderentes à INTERSINDICAL (e estes com direito de voto), mas participaram igualmente mais 1.500 delegados das Comissões de Trabalhadores das empresas de todo o país.

Uma das decisões importantes foi a denominação da INTERSINDICAL reestruturada, que a partir de agora se chama Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - Intersindical Nacional (CGTP-IN).

O Congresso elegeu um Secretariado Nacional da CGTP-IN que é uma verdadeira imagem da unidade dos trabalhadores portugueses contra a exploração capitalista, o imperialismo e contra todos aqueles que evocando a democracia, tudo fizeram para

balhadores do norte e sul do país, mas igualmente das centrais sindicais nacionais de todos os continentes: da Federação Sindical Mundial (FSM), da Central Única dos Trabalhadores do Chile (CUT), da União Nacional dos Trabalhadores Angolanos (UNTA), da central da Guiné Bissau, da FRELIMO, da Central Unitária dos Trabalhadores da Venezuela (CUTV), do SAK da Irlanda, das Comissões Obreiras de Espanha, da Confederação Geral Italiana do Trabalho (CGIL), do Conselho Central dos Sindicatos Soviéticos (CCSS), da Central dos Trabalhadores de Cuba (CTC), dos Sindicatos dos Bombeiros da Inglaterra, da Associação dos Portugueses Emigrados na Bélgica (APEB), dos trabalhadores do Banco Pinto Sotto Mayor de Bordeus, dos trabalhadores portugueses na República Federal Alemã, da União Internacional dos Trabalhadores da Função Pública (UITFP), da Confederação das Uniões dos Construtores Navais e Engenheiros da Irlanda do Norte (CUCNEIN), dos trabalhadores portugueses sindicalizados na CGT francesa, dos trabalhadores portugueses de Toulouse sindicalizados na CGT, da Confederação dos Sindicatos Livres Alemães, da Alemanha Democrática (FDGB), do Sindicato dos Tipógrafos da Grande-Bretanha, da ROH (Checoslováquia), do Círculo das Mulheres Democratas de Hambourg (República Federal Alemã), da Associação dos Originários de Portugal de França (AOP), da Confederação Geral do Trabalho (CGT) e das suas federações da Agricultura, da Construção Civil, do Papel e cartonagem, dos



dividir o movimento sindical português: o Secretariado é composto por 25 membros titulares e 15 membros suplentes, oriundos das diversas correntes ideológicas que atravessam a classe operária portuguesa (socialistas, comunistas, outros democratas, católicos, etc...), todos unidos na defesa dos interesses comuns dos trabalhadores. O facto de assim ser não quer dizer que cada corrente ideológica realiza uma política sindical segundo as suas próprias ideias. O direito de tendência é coisa excluída do seio da CGTP-IN. As decisões, segundo os seus estatutos, são tomadas democraticamente e em comum.

Ao tomar a palavra em nome do Secretariado Nacional, perante os congressistas, o camarada Kalidás Barreto, Secretário nacional, declarou: « a unidade é já um facto » esta central jamais será a mesma em relação aos seus aspectos negativos, mas será a central de sempre na sua determinação que a anima para a construção de uma sociedade nova sem exploradores nem explorados ». Efectivamente, é esta a a imagem que todos os presentes tiveram do Congresso de Todos os Sindicatos, imagem que nem mesmo os inimigos da classe operária puderam desmentir.

Durante os trabalhos do Congresso foram aprovados, por maioria esmagadora; os estatutos da CGTP-IN, o Plano de Orientação e de Acção, e um projecto de lei sindical a submeter à Assembleia da República.

Centenas de mensagens chegaram ao Congresso de Todos os Sindicatos, vindas dos sindicatos e das Comissões de Tra-

Texteis e dos Mineiros, da Federação Geral dos Trabalhadores da Bélgica (FGTB), da Federação Internacional dos Sindicatos do Ensino (filiada na FSM), do Sindicato CGT da Renault-Billancourt, dos trabalhadores portugueses da Renault-Billancourt sindicalizados na CGT, etc, etc...

Durante os seus trabalhos, o Congresso de Todos os Sindicatos aprovou ainda várias moções de apoio e solidariedade para com a luta dos povos do Chile, te toda a América Latina, de Espanha, da África do Sul e do Zimbábwe contra a opressão, o rassistismo, o colonialismo, o fascismo e o imperialismo, e pela democracia e o progresso social.

A sessão de encerramento deste inolvidável Congresso, no domingo 30 de Janeiro, foi uma verdadeira manifestação de alegria e de unidade, uma importante festa popular que ficará para sempre nos anais da história do povo português: ao princípio da tarde, começaram a chegar centenas e centenas de delegações de trabalhadores vindas das empresas, das Unidades Colectivas de Produção (da região da Reforma Agrária, constantemente defendida pelos congressistas). Era visível em todos os rostos a alegria que reinava em todo o Pavilhão dos Desportos. Enquanto era apresentado o novo Secretariado Nacional, eram entoadas as canções do 25 de Abril e o Hino da INTERSINDICAL símbolo da resistência sindical contra o fascismo. O Congresso de Todos os Sindicatos é para os trabalhadores portugueses uma extraordinária vitória unitária que começa já a sentir-se em todos os sectores da vida social e económica do país.